



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS
“PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA”

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 058/PMP/2023 DE 04 DE SETEMBRO DE 2023

(Do Poder Executivo) – “Dispõe sobre a regulamentação da assistência financeira complementar repassada pela união visando o cumprimento ao piso salarial nacional do enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem a que se refere a lei federal nº 14.434./2022, emenda constitucional nº 127/2022, e dá outras providencia.”

1 Relatório

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo Municipal, tem como finalidade regulamentar a Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal ao município de Palminópolis, com o propósito de assegurar o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos profissionais de enfermagem, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.434/2022 e na Emenda Constitucional nº 127/2022.

O projeto é de iniciativa meritória, uma vez que busca atender aos preceitos legais federais e garantir que os profissionais de enfermagem recebam remuneração compatível com o Piso Salarial Nacional. O projeto não prejudica as condições do município de Palminópolis, pois se trata de um repasse de recursos para cumprir obrigações já estabelecidas em lei.

É o breve relatório, passo à análise.

2 Análise

O Projeto de Lei nº 058/PMP/2023 estabelece a regulamentação da assistência financeira complementar repassada pela União Federal ao Município de Palminópolis para garantir o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos profissionais de enfermagem. As principais disposições do projeto são as seguintes:

A União Federal é responsável pelo custeio da assistência financeira complementar, de acordo com a Emenda Constitucional nº 127/2022. O município fica desobrigado de custear essa complementação caso a União não a financie.

O Piso Salarial é definido como o valor remuneratório dos profissionais, compreendendo o vencimento básico (VB) e vantagens pecuniárias de natureza fixa, geral e



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS
“PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA”

permanente (GP), excluindo parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias variáveis, individuais e transitórias.

A assistência financeira complementar não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias e não é incorporada aos vencimentos dos profissionais.

O cálculo do Piso Salarial é proporcional nos casos de carga horária inferior a 44 horas semanais.

O pagamento da complementação é baseado nos valores repassados na Portaria GM nº 1.135/2023 do Ministério da Saúde, podendo ser complementado ou reduzido em repasses subsequentes.

A complementação deve ser contabilizada separadamente na folha de pagamento, com identificação clara para prestação de contas.

O projeto também autoriza o pagamento da assistência financeira complementar a profissionais prestadores de serviço que participam complementarmente dos serviços do SUS, provenientes de credenciamento.

3 Voto

Em face do exposto, considerando a necessidade de regulamentar a assistência financeira complementar repassada pela União Federal para o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos profissionais de enfermagem, o projeto deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2023.


LUCIANO BONTEMPO GONÇALVES
Relator



**ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS
“PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA”**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER Nº 063/CMP/2023
PROJETO DE LEI Nº 058/PMP/2023**

A Comissão de Finanças e Orçamento, em sessão no dia 11 de setembro de 2023, opinou unanimemente pelo caráter financeiro favorável e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 058/PMP/2023 de 04 de setembro de 2023, que “Dispõe sobre a regulamentação da assistência financeira complementar repassada pela união visando o cumprimento ao piso salarial nacional do enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem a que se refere a lei federal nº 14.434./2022, emenda constitucional nº 127/2022, e dá outras providência.”.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Fernando Alves da Cunha Filho, Luciano Bomtempo Gonçalves e Leumar Eterno Torres.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2023.


FERNANDO ALVES DA CUNHA FILHO

Relator


LUCIANO BOMTEMPO GONÇALVES

Relator


LEUMAR ETERNO TORRES

Membro